



International Coalition of
SITES of CONSCIENCE

DA MEMÓRIA à AÇÃO:



Um Kit de Ferramentas para Memorialização
em Sociedades Pós-Conflito

Por Ereshnee Naidu

Com contribuições de Bix Gabriel e Mofidul Hoque

Comissão de
Anistia

Ministério da
Justiça

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer as contribuições de representantes da Campanha pela Boa Governança (Serra Leoa), Monumentos e Comitê de Relíquias (Serra Leoa), Comissão Nacional de Ação Social (Serra Leoa), Comissão de Direitos Humanos de Serra Leoa (Serra Leoa), Iniciativa Cívica (Libéria), PeaceNet Kenya (Quênia), Comissão de Direitos Humanos do Quênia (Quênia) e o Projeto de Lei de Refugiados (Uganda), que participaram da reunião regional África 2010. Foi nesta reunião que os participantes discutiram o conceito e as ideias para esse kit de ferramentas. Gostaríamos de agradecer especialmente a Sra. Shirley Gunn do Centro de Mídia dos Direitos Humanos (África do Sul), o Sr. Davis Malombe da Comissão de Direitos Humanos do Quênia (Quênia), e o Sr. Joseph Sheku Dumbuya do Tribunal Especial de Serra Leoa (Serra Leoa) por seu feedback contínuo, apoio ao projeto e comentários sobre diferentes seções deste kit de ferramentas.

Este projeto foi apoiado diretamente pelo Instituto Fetzer, Fundação Lambent e Fundação Nacional para a Democracia. Gostaríamos também de agradecer o Open Society Institute, Sigrid Rausing Trust e Oak Foundation pelo apoio geral à Coalizão Internacional de Sítios de Consciência.

EDIÇÃO EM PORTUGUÊS

Esta edição em língua portuguesa foi possível graças ao apoio da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. A Comissão é o órgão do Estado brasileiro responsável pelo programa de reparação às vítimas da violência de estado entre 146 e 188, e desde 2008 iniciou um programa de cooperação internacional para o desenvolvimento e intercâmbio de conhecimentos relacionados à justiça de transição, reparação, memória e verdade. Atualmente a Comissão está construindo em Belo Horizonte o primeiro sítio de memória nacional dedicado às vítimas de graves violações contra os direitos humanos praticadas durante a ditadura: o Memorial da Anistia Política no Brasil.

Crédito da tradução

Realização: Ministério da Justiça / Comissão de Anistia (Brasil)

Coordenação: Paulo Abrão & Marcelo D. Torelly

Revisão: Juliana de Oliveira Carlos (PNUD)

ÍNDICE

PREFÁCIO	2
CAPÍTULO UM: Origem do Kit de Ferramentas.	6
CAPÍTULO DOIS: Memorialização e Justiça Transicional	10
CAPÍTULO TRÊS: Início de um Projeto de Memorialização	22
CAPÍTULO QUATRO: Consulta	28
CAPÍTULO CINCO: Memorialização sem Memoriais.	32
CONCLUSÃO	40



PREFÁCIO

Por Yasmin Sooka

Ex Comissária: Comissão de Verdade e Reconciliação da África do Sul e Comissão de Verdade e Reconciliação de Serra Leoa

Em todas as nossas sociedades, realizamos atividades memoriais para preservar a memória histórica relacionada a eventos traumáticos que ocorreram: normalmente conflitos, genocídios, fome, pragas, rescaldo de uma grande crise humanitária etc. Ao fazer isso, somos confrontados por uma série de questões cruciais:

“Qual papel a memória desempenha no enquadramento dos debates contemporâneos em nossa sociedade? Ela necessariamente deve desempenhar um papel? Qual é o papel e o impacto dos Memoriais na Reconstrução Social e Justiça de Transição? Como estes memoriais promovem a reconciliações e reconstruções sociais entre os antigos inimigos ou como podemos garantir que eles não têm o efeito de preservar e até mesmo fortalecer as divisões que geraram conflitos violentos? Que memórias procuramos preservar e como? Em nome de quem vamos agir? O quanto a memória é útil, particularmente em casos de assassinatos em massa e genocídio? Como podemos limitar a manipulação da memória pública por atores políticos para seus próprios interesses?”

Memória refere-se às formas pelas quais as pessoas constroem um sentido ou significado do passado, e como eles relacionam esse passado ao seu presente no ato de recordar. As pessoas podem ter vivido pessoalmente um determinado evento ou período, ou podem ser parte de um corpo coletivo compartilhando uma base de conhecimento cultural transmitida por outras pessoas. Em ambos os casos, o compartilhamento de uma experiência envolve a existência e a mobilização de um quadro cultural interpretativo, e desenvolver uma linguagem significativa que nos permite conceituar, pensar e expressar tal experiência. Esta perspectiva envolve a compreensão de memórias como processos subjetivos ancorados em experiências e em marcadores simbólicos e materiais.

Ao lidar com o delicado equilíbrio de esquecer e lembrar, a maioria das comunidades em situações pós-conflito são afetadas por uma série de fatores: jurídicos e políticos, culturais e morais, e as maneiras pelas quais as memórias são construídas e a narrativa é projetada. Como as comunidades definem sua relação com o passado também está intimamente ligada a seu sistema de crença - vida e morte, certo e errado, bem e mal, inocência e culpa. O certo e o errado são, muitas vezes, turvos; o mal se torna uma presença tangível, e os culpados se proclamam inocentes. A este respeito, é importante que aqueles que buscam a verdade dêem um passo atrás para refletir sobre o fato de que a sociedade não foi apenas uma vítima da violência que a afetou profundamente, mas uma autora da violência, uma vez que foi cúmplice do que aconteceu ou pelo menos não impediu que isso acontecesse. Além disso, os autores dessa violência muitas vezes compartilham um espaço comum com aqueles que mataram ou mutilaram, e podem ter vivido ou ainda viver nos mesmos distritos.

A passagem do tempo permite que vítimas e sobreviventes tenham um visão em perspectiva sobre o conflito e o que querem lembrar a esse respeito. Através da memória, buscamos promover uma cultura de democratização em parte pela criação de uma mentalidade de “nunca mais”. Fortemente dependente de educação cultural e outros métodos para educação e rememoração das pessoas sobre o passado, a memorialização se baseia, substancialmente, em provas documentais. Evidentemente, a população em geral deve ver a intervenção como legítima e imparcial. Para os processos de memória pública, isso significa que o processo de recordar e honrar não é apenas justiça dos vencedores, mas um processo consciente de reflexão sobre o passado. Em segundo lugar, todas as decisões políticas ou resultados devem ser submetidos a uma consulta genuína às pessoas mais afetadas pela violência. Para projetos de memória, isso significa que os sobreviventes devem estar diretamente envolvidos na discussão do que deve ser lembrado e como os projetos devem ser acompanhados por uma série de outras iniciativas que visem a promoção do Estado de direito.

Muitos dos memoriais que são Sítios de Consciência foram transformados em espaços vivos de educação para a paz. O desafio para a maioria das sociedades é como garantir que as gerações mais jovens, que não vivenciaram os eventos que estão sendo rememorados, incorporem ou transformem seu significado.

Em muitos casos, as vítimas são esquecidas. No desejo de construir um projeto de Estado, muitas vezes o papel das vítimas é ignorado ou é periférico para os vencedores que desejam imprimir sua compreensão do passado no coletivo maior. Já vimos isso acontecer em muitas partes do mundo, e é uma lição sobre como os estados costumam usar as experiências das pessoas para seu próprio triunfalismo.

O que isso significa para os sítios de memória do mundo pós-conflito?

O processo de enquadramento de memória deve levar em conta nossas próprias culturas e nossa identidade rica, e precisa buscar unir as pessoas e não dividi-las. Precisamos construir sítios que se tornem locais de diálogo sobre questões contemporâneas, levando em conta o papel da juventude.

Em comemorações, no estabelecimento de sítios de memória e na recuperação de arquivos, geralmente há disputas políticas entre as forças que exigem lembrar e aquelas que pedem para esquecer e apagar. O que é importante é construir um espaço para diálogo. Nós enfrentamos o desafio de usar a memória e nossos sítios para construir pontes entre as pessoas, mas também para levantar questões de justiça social. Quando construímos sítios, também devemos lembrar que esse é o momento em que a conversa realmente se inicia.

O manual que segue não tem a pretensão de oferecer respostas para muitas destas questões mas, a partir do trabalho dos Sítios de Consciência, fornecer exemplos inspiradores e inovadores para lidar com os desafios impostos por algumas dessas perguntas – exemplos que destacam a relevância da memória no mundo pós-conflito, e as formas pelas quais sociedades podem passar da memória para a ação!



CAPÍTULO 1

Introdução aos Sítios de Consciência

A Coalizão Internacional de Sítios de Consciência é uma rede mundial de “Sítios de Consciência” - locais históricos, museus e iniciativas dedicadas a lembrar as lutas do passado, e enfrentar seus legados contemporâneos. Sítios de consciência, como o Museu Lower East Side Tenement nos Estados Unidos, o Museu do Gulag na Rússia e o Museu District Six na África do Sul, ativam o poder dos lugares da memória para contagiar o público com uma compreensão mais profunda do passado e inspirar a ação de moldar um futuro mais justo. A Coalizão fornece aos locais membros financiamentos diretos para programas de participação cívica, organiza intercâmbios de aprendizagem que vão desde colaborações individuais até conferências internacionais e realiza a defesa estratégica para os locais e para o movimento de Sítios de Consciência. A Coalizão inclui mais de 300 membros em 47 países e uma rede de comunicações de 3.000 membros em 75 países.

Um sítio de Consciência é um lugar de memória - um local histórico, museu de base local ou memorial - que confronta tanto a história do que aconteceu no local quanto suas implicações contemporâneas. Sítios de Consciência destacam a coragem, a crueldade, ou a vida cotidiana através de programas de diálogo público que visam ativar a perspectiva dos sítios históricos, conectando-o com questões que enfrentamos hoje, e convidando os visitantes a refletir sobre o papel que eles podem desempenhar na resolução destas questões.

Sítios de Consciência:

- interpretam a história através do local;
- empreendem programas que estimulam o diálogo sobre questões sociais prementes;
- promovem valores humanitários e democráticos como função primária, e
- compartilham oportunidades do envolvimento público em questões levantadas no local.

A Coalizão é formada por redes regionais e temáticas. Membros constroem redes locais de Sítios de Consciência que colaboram para lidar com problemas contemporâneos compartilhados. Nossas Redes Regionais/Temáticas atuais são:

- **Sítios de Consciência Africana:** A rede trabalha com sítios para lembrar o passado no contexto das nações da África Ocidental, Sul e Oeste que experimentaram transições pós-coloniais e pós-conflitos. Os membros da rede colaboram para apresentar modelos históricos de participação dos cidadãos nas transições democráticas e usar essas histórias para inspirar o diálogo e a participação em mudanças futuras.
- **Sítios de Consciência Asiáticos:** Esta rede trabalha com Sítios de Consciência na Ásia usando histórias de conflito e harmonia para construir modelos de pluralismo étnico e religioso, e inspirar jovens a se empenhar ativamente em promover esses valores.
- **Sítios de Consciência Europeus:** A rede formada por locais históricos e museus europeus procura abrir o diálogo sobre questões de migração, discriminação e xenofobia na Europa de hoje. A rede trabalha para desenvolver programas para a juventude, usando a história única desses lugares para promover a tolerância, processos democráticos e uma cidadania europeia baseada nos direitos humanos.
- **Sítios de Consciência de Imigração e Direitos Civis:** Esta rede de museus da história da imigração nos Estados Unidos e Europa trabalha usando a perspectiva histórica para estimular conversações locais e nacionais em curso sobre imigração e questões a ela relacionadas, promover valores humanitários e democráticos, e tratar todos os públicos como partes interessadas no diálogo sobre imigração.

- **Sítios de Consciência do Oriente Médio e Norte da África:** A rede de estados árabes enfatiza a importância da documentação e arquivos de acesso público que se reflete em diferentes histórias para além da narrativa “oficial” do Estado. A rede aborda questões de reparações, identidade, desigualdade econômica, corrupção, tortura e detenção para, a partir do passado, construir futuras culturas de direitos humanos para estas sociedades em transição.
- **Sítios de Consciência Russos:** A rede trabalha com museus e locais históricos na Rússia para aumentar a consciência pública sobre a história e as consequências do totalitarismo e engajar ativamente os cidadãos para enfrentar as ameaças à democracia russa hoje.
- **Sítios de Consciência Latino-Americanos:** Esta rede desenvolve a capacidade dos locais que relembram o terrorismo de Estado na América Latina de preservar a memória do que aconteceu durante essas ditaduras e suas consequências nessas sociedades. A rede tem como objetivo usar a memória para influenciar a cultura política e trabalhar com jovens para prevenir todas as formas de autoritarismo nas gerações futuras.

ANTECEDENTES DO KIT DE FERRAMENTAS

Após períodos de conflito prolongado e brutais violações de direitos humanos, as sociedades usam uma variedade de mecanismos para chegar a um acordo com o passado. Como parar os autores da violência, como reconhecer e garantir a justiça para as vítimas do conflito, e qual é a melhor forma de reconstruir uma cultura de direitos humanos e de democracia são algumas das questões fundamentais que as sociedades devem abordar em suas tentativas de chegar a um acordo com o passado. Questões de memória e memorialização são parte integrante de como as sociedades escolhem entender o passado no presente, e como isso afeta o futuro.

Continuando seu envolvimento com algumas dessas questões, a rede temática dos Sítios de Consciência africanos pós-conflito se reuniu em Freetown, Serra Leoa, em 2010, para compartilhar suas experiências e esforços de memorialização em cenários pós-conflito. O encontro reuniu participantes de Serra Leoa, Quênia, Libéria e Uganda. Ao mesmo tempo em que os participantes reconheceram a importância da memorialização, eles também observaram que tinham abordado essa questão de diferentes maneiras: alguns já estavam trabalhando com questões de memória e memorialização enquanto para outros, a memorialização começou a surgir através de seu trabalho em torno da busca pela verdade, responsabilização, reparações e esforços mais amplos de justiça transicional. Os participantes observaram que a memorialização é cada vez mais um aspecto significativo dos processos de reconciliação e reconstrução pós-conflito, no entanto, ainda havia uma compreensão limitada entre os iniciadores (como o governo e a sociedade civil) sobre quais processos poderiam atingir de forma mais satisfatória os objetivos maiores dos esforços de memorialização. O que é memorialização? Como se começa um projeto de memorialização? Memorialização deve ser priorizada, dadas outras necessidades de desenvolvimento pós-conflito? Como resolver a questão dos monumentos a regimes de autoritarismo e repressão no passado? Quem são os principais interessados em um projeto de memorialização?

Os participantes observaram que muitos dos recursos disponíveis para memorialização eram limitados a um campo específico, como estudos de herança ou museu; além disso, aqueles que realmente se concentram em memorialização pós-conflito estão limitados a visões gerais de memorialização, em vez de uma exploração em profundidade dos desafios, sucessos e melhores práticas relacionadas com memorialização em contextos pós-conflito.

Este kit de ferramentas visa preencher essa lacuna. Um dos princípios orientadores da Coligação Internacional é que os membros coloquem ênfase na aprendizagem recíproca e troca de ideias e melhores práticas. Como tal, o kit de ferramentas é um esforço de colaboração extraído do trabalho de membros de vários cenários pós-conflito. O manual foi desenvolvido pela equipe da Secretaria com colaborações de membros que participaram da reunião de junho de 2010.

A Memorialização é específica para cada contexto e não há abordagem única que sirva para todos os casos; no entanto, aproveitando a diversidade do trabalho de membros da coalizão e a vasta gama de contextos nos quais membros dos sites trabalham, o kit de ferramentas tem como objetivo fornecer uma visão geral de memorialização em sociedades pós-conflito, compartilhar lições aprendidas, bem como trabalhar no sentido de orientações sobre as melhores práticas, oferecendo formas criativas de resolver alguns dos desafios comuns à realização de iniciativas de memória. Como tal, prevê-se que o kit de ferramentas forneça orientação básica para questões de memorialização em cenários pós-conflito, mas seja adaptado de acordo com diferentes contextos e diferentes necessidades pós-conflito.

Prevê-se que o kit de ferramentas será uma contribuição significativa para o fortalecimento da comunidade de aprendizagem, uma vez que lutamos para usar o trabalho de memória para desencadear mudanças, movendo o público da memória para a ação!



CAPÍTULO 2

O que é Memorialização?

Memorialização e Justiça de Transição

Qual é o potencial da memorialização na reconstrução pós-conflito?

- **Reconciliação:** Ao trazer grupos rivais para trabalhar em um projeto comum, os projetos de memorialização podem contribuir para a reconstrução das relações em comunidades anteriormente divididas.
- **Reconhecimento:** Ela pode fornecer um espaço para que as vítimas sejam reconhecidas e reintegradas na sociedade.
- **Promover identidade nacional:** Ao abordar as distorções sobre o passado e reescrever a narrativa nacional de forma inclusiva a todos os grupos sociais, a memorialização pode marcar uma nova era de democracia e identidade nacional.
- **Cura:** Em muitas situações de conflito, graves violações de direitos humanos incluem desaparecimentos e assassinatos em massa. Na ausência de restos humanos, memoriais podem proporcionar espaços de luto e reflexão, contribuindo para a cura de longo prazo.
- **Revelação da verdade e re-estabelecimento dos registros históricos:** Ao documentar violações dos direitos humanos, projetos de memorialização contribuem para a ampliação de processos de verdade pós-conflito. Além disso, sites próprios de memória podem fornecer evidência física de graves violações de direitos humanos.
- **Engajamento cívico:** Sociedades que emergiram de regimes de autoritarismo e violações de direitos humanos são frequentemente caracterizadas por uma cultura do silêncio e falta de engajamento público. Através do processo de memorialização e programas contínuos de educação nos locais de memória, os projetos de memorialização podem promover diálogo público construtivo, discussão e debate.
- **Nunca Mais!** Através de programas de educação, iniciativas de memorialização podem promover culturas que respeitem os direitos humanos e evitar futuros ciclos de violência.

FUNÇÕES DA MEMORIALIZAÇÃO

Memorialização é uma atividade política e social que, por sua natureza, é quase sempre aberta à contestação. Embora a contestação em si possa não ser necessariamente uma ameaça aos processos de reconstrução pós-conflito, é importante notar que, caso não seja tratada sensivelmente, a memorialização pode fazer mais mal do que bem. Embora a ênfase seja geralmente colocada no produto final, o sucesso da memorialização é amplamente dependente do processo de trabalho que é realizado para atingir o produto final. Além disso, o sucesso de um projeto de memorialização depende de sua capacidade de atender as necessidades mais amplas da comunidade e do papel que desempenha na participação da comunidade a longo prazo.

As funções da memorialização pós-conflito podem variar de acordo com seu contexto específico e podem servir a mais de um objetivo de reconstrução pós-conflito e construção da paz. Enquanto algumas das funções podem se sobrepor, é importante que o projeto tenha objetivos claros desde o início. Abaixo estão exemplos de como as iniciativas de memorialização podem cumprir alguns dos objetivos mais amplos de justiça de transição.

MEMORIALIZAÇÃO PARA RECONCILIAÇÃO

O termo “reconciliação” é parte integral do discurso de justiça de transição, no entanto há pouco consenso sobre o significado exato do termo. Enquanto o significado de reconciliação varie de acordo com diferentes contextos, a reconciliação normalmente se refere a um processo de reconstrução orientado para o futuro da sociedade, baseado em uma ampla aceitação do relato histórico do passado.² A reconciliação envolve mais do que apenas a reconstrução das relações entre antigos adversários, requer a reconstrução das relações em vários níveis da sociedade, e pode incluir reconciliação inter-

2 Ver Priscilla Hayner, *Unspeakable Truths: Transitional Justice and the Challenge of Truth Commissions.*, (Routledge:2002)

geracional, reconciliação entre a vítima e sua comunidade, bem como reconciliação entre os diferentes grupos de vítimas.

Pode acontecer reconciliação na ausência de um ajuste de contas com o passado? Como a memorialização pode contribuir para projetos de reconciliação sem um mecanismo formal de justiça de transição?

Museu Gulag em Perm 36, Rússia

Ao longo de mais de 70 anos de existência do regime soviético, até seu colapso no final da década de 1980, a dissidência política na União Soviética era um crime. No auge dos expurgos a inimigos reais e pressupostos do Estado sob Stalin, em 1930, um elaborado sistema de campos de trabalho forçados integrados à economia do país - os Gulags - foi estabelecido. Um campo de trabalho forçado na região de Perm, nos Montes Urais, no alto da Sibéria, conhecido pelo código Perm-36, era um entre milhares de campos Gulags estabelecidos sob Stalin. Hoje, o Museu Gulag em Perm-36 é o único campo de trabalho da era soviética preservado como Museu e local histórico na Rússia. O campo de prisioneiros em Perm-36 ganhou notoriedade especial nos anos setenta e início dos anos oitenta, quando foi usado para deter muitos dissidentes soviéticos proeminentes, entre eles Sergei Kovelev e Vasyl Stus. Perm-36 foi um dos últimos campos a fechar na União Soviética, em 1988. Em 1991, um grupo pioneiro de ativistas de direitos humanos e historiadores que queriam preservar um campo de trabalho forçado para servir como memorial para as vítimas do Gulag se organizou para salvar o antigo campo da destruição, e criou o Museu Gulag em Perm-36.



Visitors to the Gulag Museum at Perm-36.

Em 1991, na dedicação formal do campo como um memorial para aqueles que pereceram no Gulag, o Museu reuniu ex-presos e ex-guardas para que uns dessem aos outros um "tour" pelo sítio a partir de sua perspectiva do local. Embora não houvesse nenhuma proposição ou resultado esperado para essa reconciliação, uma declaração quase unânimes da reunião foi de que não haveria uma "justiça ao estilo Nuremberg" para os carcereiros³. Já houve tribunais suficientes, sangue suficiente", disse Sergei Ponomaryov, que foi mantido no campo no início dos anos 1970. "Nós somos a favor do arrependimento". O que ecoou por toda a visita foi o triunfo do espírito humano, as vitórias diárias sobre crueldades grandes e pequenas. O encontro e o diálogo no local forçaram ambos, prisioneiros e guardas, a encarar uns aos outros como seres humanos, permitindo-lhes dar passos significativos em suas recuperações pessoais.

Mas o Museu GULAG percebeu que seria preciso mais do que curar as divisões entre indivíduos com experiências diretas no campo para ativar a memória do sistema Gulag e sensibilizar sobre o totalitarismo quando a memória dessa história foi sendo rapidamente esquecida ou revista.³ A União Soviética não tinha

³ *Back To The GULAG*, Revista semanal, 24 de outubro de 1991. <http://www.newsweek.com/1991/10/24/back-to-the-gulag.html>

nenhum processo formal de busca pela verdade e, como tal, ainda havia perspectivas múltiplas, muitas vezes românticas do passado⁴. Em vista disso, o Museu define-se como um centro de educação sobre o GULAG, bem como um espaço para jovens russos identificarem os desafios que eles enfrentam hoje, debaterem como eles são diferentes do passado, e decidirem como querem lidar com esses desafios como uma nova geração. Por exemplo, o Museu ajuda os alunos a entrevistar membros de suas próprias famílias, para aprenderem com suas experiências do período soviético, muitas vezes iniciando conversas sobre esta época pela primeira vez. Usando a história do campo e de suas próprias famílias, os estudantes realizam oficinas para definir sua visão da democracia e identificar como eles podem promovê-la.⁴ Além de seu trabalho original para a reconciliação entre os guardas prisionais e prisioneiros, através do seu programa de educação continuada, o museu tem como objetivo reconstruir as relações entre as diferentes gerações.

4 Em uma pesquisa realizada em 2003 pelo Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, um quarto ou mais dos adultos russos disseram que definitivamente ou provavelmente votariam em Stalin se estivesse vivo e se candidatando para presidente, e menos de 40% disseram que definitivamente não. Apesar dos processos da Comissão da Verdade, que visam esclarecer o passado histórico, dada a natureza inerentemente contestável da memória, sempre haverá múltiplas perspectivas do passado. Como Maier (2003) observa, dada a contestação da narrativa histórica, não pode haver acordado sobre a metanarrativa, no entanto, as sociedades podem optar por estabelecer de duas a três histórias básicas que reúnem questões subjacentes significativas para cada grupo de contestação, concordando em viver lado a lado.

MEMORIALIZAÇÃO E VERDADE

Para as sociedades que emergiram de regimes de repressão e violência prolongada, um dos principais desafios é como abordar o passado da melhor forma possível, de modo a lidar com algumas das distorções e negações dos regimes anteriores. Durante os períodos de transição, a busca da verdade por mecanismos tais como comissões de verdade, abertura de arquivos e investigações forenses sobre desaparecidos apresentam uma função crucial de reconhecimento histórico, em oposição à negação e silêncio, e cumprem o imperativo moral do direito das vítimas à verdade sobre o passado e as violações que tenham sofrido.

Atividades memorialização podem ser mecanismos poderosos para reescrever o passado de uma forma que inclua todos os cidadãos e legitimar as experiências das vítimas de violações de direitos humanos. Além disso, em seu trabalho para documentar violações e esclarecer o passado, a memorialização tem maior potencial de atingir um público mais amplo do que outros processos de resgate da verdade que envolvem apenas um grupo seleto de pessoas.

- Como as evidências existentes em um local de violações de direitos humanos podem contribuir como provas para processos formais da busca da verdade e além?
- Como as iniciativas de memorialização podem ser usadas para resgatar a verdade e revelar um passado ocultado e distorcido?

Além de documentar violações de direitos humanos e confrontar a negação e o silêncio ao reescrever as narrativas do passado, os locais memoriais como antigos centros de tortura ou detenção podem realmente fornecer provas que podem ser utilizadas para fins de processos judiciais em curso e documentação das violações.

Nyayo House, Kenya

Desde sua colonização em 1885, o Quênia viveu ciclos prolongados de violência relacionados às lutas pela liberdade



Sobreviventes do Nyayo House após o Tribunal do Quênia lhes conceder compensação por violações que sofreram no local.

liderança do Presidente Moi em 2002.⁵

Um legado do ex-presidente Moi é o notório Nyayo House, a sede provincial localizada em Nairobi. Ao longo dos anos, o edifício ganhou notoriedade como um centro de tortura e detenção clandestina, ainda que operando como serviço de assistência pública durante a década de 1980 e 1990, sob o regime do presidente Moi. Os presos foram submetidos a várias formas de tortura, incluindo o afogamento simulado e mudanças extremas de temperatura em suas celas. Sobreviventes relataram ter sido levados para o 2º andar da Nyayo House para interrogatório sob tortura. As celas são encontradas no porão do edifício e, ainda que o edifício esteja em estado de certa degradação, ainda é acessível ao público, uma vez que continua a operar como instalação de serviços públicos.

Em 2003, o sítio foi revelado ao público por uma delegação ministerial chefiada pelo Ministro da Justiça, que declarou as intenções do governo do presidente Kibaki de indicar o local como um monumento nacional. O governo já recuou na sua intenção de declarar o local como tal, apesar das petições de organizações de sobreviventes. As organizações locais de vítimas e de direitos humanos afirmam que a relutância do governo em declarar o local como patrimônio está diretamente relacionada ao potencial de lugar para revelar a verdade. Além das provas físicas de tortura, a identificação oficial de Nyayo House como um local que funcionava como um centro de tortura sob regime Moi implicaria o atual presidente Kibaki, pois ele foi vice-presidente sob o regime Moi.

O governo já tentou “preservar” as celas fornecendo-lhes pintura e iluminação. Em 2008, os sobreviventes liderados pela Comissão de Direitos Humanos do Quênia⁶ solicitou na Justiça que fossem dadas ordens de preservação para impedir o Estado de fazer quaisquer alterações adicionais no local. O grupo argumentou

5 Malombe, D and Kilyata, T. (2008). Memorialization and Transitional Justice in Kenya: A cursory View. Documento de informação inédito.

6 Ver <http://www.khrc.or.ke/>

que a estrutura do lugar em si mesma pode servir como prova da tortura vivida pelas vítimas, e que as tentativas de “preservar” as celas era, na verdade, formas de encobrir sérias verificações visuais da tortura. Conseqüentemente, as ordens de conservação provisórias foram concedidas em 16 de fevereiro de 200, e são mantidas até a hoje.

O estado atual de indenizações judiciais às vítimas da Nyayo House é o seguinte: Em 21 de julho de 2010, 21 vítimas de tortura e detenção ilegal venceram um caso na Alta Corte contra o Estado, e lhes foi concedida reparação em um total de 40 milhões de xelins quenianos. A decisão foi inovadora, pois a compensação foi concedida fora do processo da Comissão de Verdade, Justiça e Reconciliação do Quênia (TJRC). Embora a decisão tenha sido tomada principalmente porque o caso foi entregue antes da formação do TJRC, para os sobreviventes significava que a justiça finalmente tinha chegado. Marcando sua vitória e numa recuperação simbólica do espaço que simbolizava o terror, os sobreviventes celebraram visitando espontaneamente a Nyayo House, novamente usando a evidência física do local para chamar a atenção pública para suas experiências no passado.

ENGAJAMENTO CÍVICO E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA ATRAVÉS DA MEMORIALIZAÇÃO

Os regimes autoritários são caracterizados por silêncios, distorções e repressões. Para construir uma cultura de democracia que seja baseada no respeito aos direitos humanos, ao mesmo tempo em que assegure a não repetição de violações, sociedades pós-conflito precisam envolver ativamente o público nas questões relacionadas com o passado e imaginar um futuro baseado na paz e na não-repetição. Enquanto os processos e mecanismos de justiça de transição são muitas vezes limitados a uma elite política, projetos de memorialização, através de todas as suas fases, têm o potencial de envolver um público mais amplo no debate e discussão sobre o passado e sua visão para o futuro.

Como a memorialização é quase sempre contestada (enquanto processo), quando cuidadosamente abordada e conduzida, pode servir para promover o debate e engajamento público construtivo. Além disso, com recursos limitados, locais de memória podem ser ativados através de programas de educação para garantir o diálogo e o engajamento público existente.

Tribunal Especial de Serra Leoa, Serra Leoa

Em 11, a Frente Revolucionária Unida (RUF) tentou um golpe político que marcou o início de uma sangrenta guerra civil de 11 anos em Serra Leoa. Apesar das várias tentativas nacionais, regionais e internacionais de resolver o conflito entre 16 e 1, foi apenas em 2002 que a guerra foi oficialmente declarada encerrada. A Comissão da Verdade, Justiça e Reconciliação (TRC) de Serra Leoa foi estabelecida pelos termos do Acordo de Paz de Lomé, e inaugurada em 2000 com o objetivo de criar um registro histórico imparcial das violações de direitos humanos relacionadas ao conflito armado e responder às necessidades das vítimas – tudo isso contribuindo com objetivo maior de promover a reconciliação e a não repetição do passado. O conflito entre o governo e a RUF resultou na perda de milhares de vidas, milhares de violações sexuais e de gênero, deslocamentos forçados e mutilações. Apesar de graves violações de direitos humanos e atrocidades em massa, o acordo de paz incluiu um acordo de anistia para os crimes cometidos por combatentes e membros da RUF que fizeram parte do governo de unidade nacional. No entanto, com a prisão do líder da RUF,

a pedido do governo de Serra Leoa, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou uma resolução que determinou a criação do Tribunal Especial de Serra Leoa (TESL) para tratar de questões de impunidade por processar os líderes que tinham maior responsabilidade por graves violações de direitos humanos. O TRC de Serra Leoa e TESL, operados ao mesmo tempo, tornaram-se uma fonte de confusão para as vítimas e autores, pois muitos achavam que as duas instituições estavam trabalhando juntas, compartilhando informações que poderiam ser usadas para processar mesmo aqueles autores que recebiam a anistia. O acordo negociado deixou muitas vítimas esperando por justiça e a total falta de compreensão ou de propriedade em torno dos mecanismos da justiça posteriores à guerra resultaram em uma população amplamente desconfiada das instituições que governam o país. Um país historicamente reconhecido por sediar o primeiro assentamento de escravos libertos repatriados, bem como estabelecer a primeira universidade da África subsaariana, Serra Leoa é hoje um dos países mais pobres da África, às voltas com desafios em torno de governança e desenvolvimento. Como Serra Leoa pode acertar contas com um histórico de violência e governança fracassada, ao mesmo tempo em que tenta reconstruir sua economia e tecido sócio-político? Como os cidadãos comuns podem assumir a responsabilidade de re-construir ativamente sua democracia, se envolver em questões de justiça e contribuir para a construção de uma cultura de paz?



Os alunos se envolvem em questões de justiça, reconciliação, perdão no Tribunal Especial de Serra Leoa.

Como o TESL começa pelo fim o seu trabalho, decidindo sobre a melhor forma de utilizar os 11,4 hectares de infraestrutura e espaço em Freetown, anteriormente utilizada pelo tribunal, são essas questões que norteiam os planos para o legado do TESL.

Até agora, uma parte do sítio foi entregue ao governo de Serra Leoa, com planos para que o resto do local seja entregue na conclusão do mandato do Tribunal. O centro de detenção, que foi entregue ao Serviço Prisional de Serra Leoa em 2010, atualmente está sendo usado para abrigar presos do sexo feminino e de grupos vulneráveis, enquanto a Faculdade de Direito de Serra Leoa começou a usar uma parte do local para as aulas. Planos adicionais incluem a conversão do Palácio da Justiça no Supremo Tribunal de Serra Leoa e o desenvolvimento de um jardim de paz, um memorial e Museu de Paz, que reconheça as vítimas da guerra. Além de reconhecer as vítimas da guerra, o Museu da Paz tem como objetivo documentar e preservar a história de conflitos do país e os esforços para construir uma paz duradoura, bem como usar a memória do passado para construir uma cultura que respeite os direitos humanos, promova a boa governança e previna a violência futura.

A Equipe de Gestão do Museu da Paz (PMT), uma comissão de agentes nacionais que inclui representantes do governo, das Nações Unidas, TESL, da Comissão Nacional de Direitos Humanos, do Museu Nacional, Associação de Vítimas da Guerra e outras organizações da sociedade civil, foi criada para liderar o desenvolvimento do Museu da Paz. O comitê de caráter inclusivo foi definido com o objetivo de garantir que o projeto seja abrangente, trabalhando em busca de uma visão que assegure que o Museu da Paz seja projetado para, e apropriado por, todos os serra-leoneses. Como parte do processo de criação

da apropriação pública do local e para incentivar a participação do público em questões mais amplas de justiça e direitos humanos, a PMT realizou numerosos projetos de extensão. Além de vários fóruns que regularmente reúnem organizações da sociedade civil, a PMT organiza eventos patrocinados para sensibilizar e envolver o público nas metas e objetivos do Museu da Paz. Além disso, representantes da PMT realizaram um programa de divulgação em todo o país para apresentar o projeto do Museu da Paz ao público, iniciaram o processo de coleta e envolveram as comunidades nas questões relacionadas ao Museu. Enquanto tal processo, em qualquer contexto, pode produzir resultados variados e inesperados, é um passo importante para a construção da ampla apropriação e apoio do projeto. Entre os vários assuntos discutidos, numerosos indivíduos se ofereceram para contribuir com testemunhos pessoais para o museu. Alguns membros da comunidade observaram que apesar das tentativas do TRC de recolher testemunhos de vítimas e agressores, as pessoas estavam com medo das consequências de testemunhar perante a Comissão. Quase dez anos após o TRC, muitas pessoas achavam que estavam prontos para dar testemunho de suas experiências do conflito. Por outro lado, membros da comunidade que perpetraram crimes de guerra e receberam anistia ou optaram por não participar dos processos de busca pela verdade reconheceram seu ceticismo em relação ao processo, pois acreditavam que o programa de extensão do Museu da Paz era parte de um processo de busca pela verdade. As partes interessadas também observaram que o processo de desenvolvimento do Museu da Paz deveria estar ligado à preservação e conexão com outros locais de atrocidade em todo o país.

Ainda que a PMT desejasse realizar consultas comunitárias, bem como envolver o público em mais programas de sensibilização, há recursos limitados para realizar essas atividades. De todo modo, é importante notar que, enquanto o projeto está em andamento, o sítio tem, com recursos limitados, sido usado para envolver o público em questões de justiça e direitos humanos.

Em 2010, a Campanha para Boa Governança⁷ (CBG, uma ONG de Freetown que trabalha com questões relacionadas à construção da democracia, participação cívica e direitos humanos) em parceria com a Coalizão Internacional de Sites de Consciência realizou uma série de programas de educação para envolver os jovens em diálogos em torno da violência, reconciliação e sua visão de Serra Leoa. A CBG usou o sítio TESL como catalisador para tratar de questões relacionadas à justiça, perdão e reconciliação, e de como essas questões estão relacionadas com experiências vividas por jovens em Serra Leoa hoje.

Com foco nessas questões, os jovens debateram se o perdão era necessário para a reconciliação e como funcionavam as tensões entre justiça e reconciliação. Mais importante, no entanto, foi que estes jovens entre 16 e 1 anos que participam do programa de diálogo reconheceram o legado de violência e como isso os afeta hoje. Muitos atribuíram a atual cultura da violência nas escolas às histórias de violência do passado. Finalmente, ao facilitar o debate aberto e o diálogo, os programas permitiram que os alunos reconhecessem seu próprio potencial para contribuir para a reconstrução de seu país como cidadãos ativos.

⁷ See <http://www.slccg.org/>

RECONHECER SOBREVIVENTES

Um dos aspectos mais desafiadores do processo de justiça de transição é a melhor forma de reconhecer os sobreviventes de violações graves de direitos humanos. Várias formas de reparação, tais como compensação, restituição, reparação simbólica e reabilitação são recomendadas como meio de atender as necessidades das vítimas, reconhecer o dano que sofreram, restaurar e reintegrá-las à sociedade.

Reparações simbólicas como monumentos, museus, datas comemorativas e outras atividades de memorialização, quando implementadas como parte de uma estratégia mais ampla de reparação, não só podem reconhecer as vítimas do conflito, mas também servir como reconhecimento das violações sofridas pela sociedade em geral e educação de gerações futuras.

- Existem sites de atrocidade, vitória ou celebração que atestem as lutas do passado?
- Como estes sites podem ser ativados como catalizadores para promover o diálogo e o debate sobre o passado, presente e futuro?
- Como esses sites podem dar apoio uns aos outros?

Comarca Balide, Timor Leste

Colonizado por Portugal em 1642, o Timor-Leste conquistou sua independência em 1975. Um processo de descolonização aleatório e rápido levou a uma luta pelo poder político, agravada pelo envolvimento da Indonésia na questão. Em dezembro de 1974, após a violência política interna, a Indonésia lançou um ataque em grande escala ao Timor-Leste, afirmando que suas ações serviram para evitar uma guerra civil e a consolidação do poder por um partido político comunista. Apesar do chamado do Conselho de Segurança das Nações Unidas para a retirada das tropas, a Indonésia ocupou Timor-Leste ilegalmente (a ONU não reconheceu a ocupação) entre 1975 e 2002. A ocupação foi caracterizada pela repressão brutal e graves violações de direitos humanos como resultado da violência entre o exército indonésio e o movimento de resistência timorense. Em 2002, após a intervenção internacional e da ONU, o Timor-Leste tornou-se um Estado soberano.

Em 2000, vários partidos políticos e organizações da sociedade civil concordaram que um processo de reconciliação e de busca da verdade era necessário para conduzir Timor-Leste em direção a uma paz duradoura. Estabelecido pelo Regulamento 2001/10, a Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação do Timor-Leste (CAVR) sob controle



Arte pública fora das celas de prisão no Condado de Balide, em Díli.

da Administração de Transição das Nações Unidas no Timor Leste (UNTAET) operou de 2002 a 2005. O objetivo central da CAVR foi estabelecer a verdade sobre violações de direitos humanos entre 25 de Abril de 1974 e 25 de outubro de 2001, bem como facilitar a reconciliação da comunidade em casos de crimes menos graves. Além disso, em 2005, Indonésia e Timor-Leste criaram a Comissão Bilateral para a Verdade e Amizade (CVA). A Comissão foi formada com o objetivo de estabelecer a verdade conclusiva sobre as violações de direitos humanos cometidas pelas forças armadas indonésias durante a ocupação do Timor-Leste, a violência e as violações de direitos humanos que levaram ao referendo de 1999 para a independência do Timor-Leste, e a concessão de anistia a quem confessou e falou a verdade. O relatório Chega! da CAVR e o relatório da CVA incluem extensas recomendações relacionadas à reparação, incluindo a construção de memoriais.

A Comarca de Balide, um local de prisão em Dili, capital do Timor-Leste, foi construída em 163, durante a colonização Portuguesa. Durante a ocupação indonésia de Timor-Leste em 1975, o local ganhou notoriedade como lugar de tortura e detenção. Para muitos timorenses comuns, a Comarca de Balide representou um lugar de horror. Após a independência, o local foi restaurado em 2001, tornando-se sede oficial da Secretaria da CAVR, sob a tutela da Associação de Ex Presos Políticos de Timor-Leste (ASEPPOL). Com o apoio do governo japonês e de um ex-presos político, a prisão foi renovada e reabilitada para hoje tornar-se a casa da Pós-CAVR e outras organizações de direitos humanos, tais como o Projeto Memória Viva da Associação de ex-prisioneiros políticos, o projeto Mulheres da História e o Comitê de 12 de novembro de 1999. Na cerimônia de abertura em 17 de fevereiro de 2003, o Presidente Xanana Gusmão reafirmou a importância de transformar o sítio de um lugar de atrocidade em local que promova uma cultura de direitos humanos e paz: "Como vocês sabem, este edifício era uma antiga prisão para detenção de presos políticos. Ele passou por uma transformação para se tornar um centro de direitos humanos. O trabalho da CAVR visa também facilitar a transformação de trauma em paz de coração. A CAVR não apenas a busca a verdade, mas procura facilitar a transformação do trauma em paz para a sociedade"⁸. Hoje o local abriga arquivos da CAVR, biblioteca dedicada a questões de direitos humanos e espaços de reuniões públicas. Além disso, as celas da prisão e 65 marcas de pichações feitas por prisioneiros e guardas foram preservadas, continuando a dar testemunho do passado, servindo como lembretes para a não repetição de violações. O sítio, que passou de um lugar de atrocidade para um espaço que promove os direitos humanos e a liberdade, serve como um novo centro dinâmico que reconhece não apenas os que foram detidos no local, mas também as experiências diárias de medo, dor, raiva e humilhação experimentadas pelos timorenses comuns durante a ocupação indonésia.

8 Ver <http://www.cavr-timorleste.org/en/comarca.htm>



CAPÍTULO 3

Começando um Projeto de Memorialização

Projetos de memorialização podem ser iniciados por uma variedade de partes interessadas, incluindo o governo, grupos de vítimas, grupos comunitários, ex combatentes e ONGs. Uma das questões chave ao iniciar um projeto de memorialização é: Qual é o propósito e objetivo do projeto? Será que ele visa facilitar a reconciliação? Será que reconhece grupos específicos de vítimas? Fornece lições para as futuras gerações? Ainda que alguns objetivos possam se sobrepor, é útil ter uma visão clara do que o projeto busca realizar. Em muitas sociedades pós-conflito, pode haver legitimidade legal ou política que ajude ou oriente o processo de memorialização. Relatórios da Comissão da Verdade, por exemplo, não só fornecem recomendações para iniciativas de memorialização, mas também podem listar propósitos que podem servir a elas. Na ausência de um processo ou relatório da Comissão da Verdade, muitos governos têm autoridade de turismo e patrimônio histórico que pode fornecer orientações legais para implementação de iniciativas de memorialização. Estas também irão servir como uma diretriz legal que enquadra o mandato do projeto.

- Qual é o objetivo do projeto de memorialização?
- Que histórias que você irá contar?
- Quem são as principais partes interessadas que devem ser envolvidas no projeto?
- Existem recursos que você podem ser extraídos para apoiar o projeto?
- É o momento certo para o projeto?
- Como o projeto se relaciona com outras atividades pós-conflito?

Uma segunda questão fundamental é a necessidade --- qual necessidade (e de quem) o projeto irá responder? Em muitos contextos pós-conflito, há um imperativo político a embarcar nos projetos de memorialização. Parte desta urgência está relacionada com a demarcação de um novo regime político, onde o governo como o principal iniciador, pode usar projetos de memorialização para reconstruir uma identidade nacional baseada na democracia e no respeito aos direitos humanos. Em alguns casos, no entanto, as partes interessadas podem considerar que a proliferação de projetos de memorialização nacionais está relacionada com narrativas específicas

que não os representam adequadamente. Nestas situações, os interessados podem desenvolver projetos de memorial que buscam reconhecer um grupo específico, fornecer uma narrativa contra a narrativa dominante, ou complementar uma narrativa nacional. Como, então, essas iniciativas de memorialização se relacionam com outras iniciativas de memorialização no cenário nacional? De que forma, se houver, elas dialogam umas com as outras? Que histórias (e de quem) serão contadas? Dada a natureza contestatória da memorialização, a iniciativa irá inflamar as tensões pós-conflito, ou contribuirá para o processo de construção da democracia? Se o projeto fará perguntas difíceis relacionadas com, por exemplo, a reconciliação, o perdão e a justiça, a sociedade/comunidade está pronta para se envolver com essas questões?

Como observado anteriormente, a memorialização tem sido tradicionalmente associada com memoriais fixos ou monumentos, mas projetos de memorialização podem variar em forma, escala e escopo. Para os interessados que embarcam em projetos de memorialização, questões de escala, escopo e forma estão relacionados a recursos. Quais são os recursos financeiros e humanos? Em muitos contextos pós-conflito há necessidades urgentes de desenvolvimento, no entanto, pode haver também um chamado de várias partes interessadas para a implementação de iniciativas de memorialização. Em tais situações, idealmente, iniciativas de memorialização não devem competir com necessidades de desenvolvimento. Ambos devem ser vistos como projetos complementares que podem contribuir para uma agenda mais ampla de reconstrução pós-conflito. Ademais, se os recursos são limitados, os interessados podem optar por realizar uma abordagem gradual do projeto. Além disso, uma vez que todos os projetos de memorialização devem ser específicos de uma cultura e contexto, contextos culturais podem servir de inspiração para formas de memorialização que realmente exigem menos recursos que a construção de um monumento ou museu, mas servem a necessidade ou finalidade semelhante.

Além de recursos financeiros, os iniciadores podem querer identificar possíveis recursos humanos para o projeto.

Qual é o conjunto de qualificações disponível para o projeto? Enquanto os membros da comunidade podem fornecer informações históricas úteis e evidências para a pesquisa, pode haver outras pessoas que ajudem com a concepção do projeto, captação de recursos, ou desenvolvimento de programas de educação. Em muitos contextos, dadas as necessidades urgentes de desenvolvimento e reconstrução, muitas vezes há equipes prontas de organizações internacionais dispostas a fornecer apoio financeiro e recursos humanos para ajudar na reconstrução pós-conflito. Enquanto as parcerias internacionais podem ser benéficas (pois as organizações internacionais são muitas vezes capazes de concentrar atenção mais ampla do público para o que pode ser considerada uma questão 'local', oferecem legitimidade ao processo e oferecem uma variedade de abordagens para lidar com os desafios e oportunidades) é igualmente importante que o processo em si seja apropriado localmente. A participação local ampla em todas as fases do projeto ajuda a garantir que as necessidades locais sejam tratadas de forma adequada, para que todos os intervenientes se sintam representados e, o mais importante, garante engajamento local no projeto.

Museu da Guerra de Libertação, Bangladesh

Bangladesh surgiu como um Estado independente em dezembro de 1971, após nove meses de uma guerra sangrenta pela liberdade, desencadeada pela negação pela Junta Militar do Paquistão do resultado eleitoral democrático. Os governantes militares paquistaneses do oeste optaram por um tipo de "solução final" da luta do povo bengali pelos direitos nacionais e democráticos, e recorreram ao ataque genocida à população do leste do Paquistão. A nação teve que pagar um alto preço por sua vitória, com três milhões de mortes, 10 milhões de pessoas que deixaram suas casas para procurar abrigo na Índia e 200.000 mulheres vítimas de violência sexual. O país devastado pela guerra embarcou em um processo de reconstrução, mas foi atingido rapidamente por outro desastre. Em agosto de 1975, o fundador da nação e

Presidente da República, Sheikh Mujibur Rahman, foi brutalmente assassinado em um golpe militar e um longo período de governo militarista autocrático se iniciou. As forças religiosas fundamentalistas deram as mãos ao círculo dirigente e se tornaram parte da autoridade. Este foi um período de negação e distorção da história, atropelamento de valores fundamentais da luta pela liberdade em defesa de ideais laicos, democráticos, liberais.

Neste contexto, no 25º aniversário da independência, em 1996, um Conselho Curador de oito membros decidiu criar um museu para apoiar a luta do povo, com uma coleção e exposição de artefatos, fotografias, documentos, etc. Um edifício da era colonial, no centro da cidade, foi alugado e reformado para o museu. No entanto, o grande desafio foi conseguir que a comunidade doasse recordações valiosas (algumas das quais tinham sido preservadas por cerca de 25 anos) uma vez que o museu era apenas uma promessa na época. O museu teve o apoio esmagador da comunidade desde o início. Através da participação da comunidade, foi capaz de contar a história de sua luta pela rica coleção de documentos e artefatos



Uma placa no memorial para os campos de extermínio pergunta: "O que aconteceu aqui", em seis idiomas.



O programa do Museu da Guerra de Libertação de educação à escola fora de Dhaka.

recebidos da comunidade.

Este apoio fez do LWM um museu do povo e abriu maiores possibilidades para o envolvimento com a comunidade. O museu tentou apresentar a história de forma documentada. A narrativa histórica terminou com a vitória alcançada em 16 de Dezembro de 171, e o desenvolvimento pós-independência permaneceu fora do âmbito do processo de memorialização. Além disso, em vez de impor um ponto de vista particular, a exibição deixa espaço suficiente para os visitantes formularem sua própria percepção da história.

Ao mesmo tempo, os valores fundamentais da guerra pela liberdade, a identidade nacional com base em ideais democráticos, seculares, funcionou como traço comum ligando os acontecimentos históricos uns aos outros. Com esta abordagem, a museu pôde abordar a comunidade através da divisão política e ganhar a confiança do povo. Isto inspirou a equipe do museu a desenvolver programas adicionais nos quais as comunidades têm um papel ativo.

Em 2007, o museu construiu um memorial em um campo de execução no subúrbio de Dhaka, com um projeto arquitetônico que fornece muitas oportunidades para o visitante fazer uma viagem na história de brutalidades do passado, refletindo sobre como a experiência dos Bangladeshianos se conecta a experiências mais amplas de genocídio e atrocidade. Enquanto se passeia pelo espaço triangular verde, o sítio envolve o visitante em um diálogo. Uma lista com mais de 500 campos de execução nacionais foi colocada em uma pedra branca, como epitáfios, enquanto as pedras de granito preto nas paredes destacam grandes genocídios da história, conectando o local a outros sítios nacionais, bem como à experiência global. O visitante, então, entra na casa de bombas abandonada com o poço, que foi o local de matança real. Na entrada, uma pergunta que os Sítios de Consciência muitas vezes perguntam: "O que aconteceu aqui?", está escrito em seis línguas. O interior da sala é minimalista, permitindo ao visitante contemplar, refletir e questionar.

O sítio se dedica a documentação e pesquisa, onde os membros da família das vítimas, testemunhas oculares, etc. compartilham suas experiências. O lugar tornou-se central para os sobreviventes obterem consolo e reconhecimento. Através do engajamento permanente da comunidade e das partes interessadas, grupos de vítimas e a comunidade local têm desenvolvido fortes ligações com o sítio e se apropriado dele. Assim, o sítio é agora um centro de várias atividades comunitárias. Um coro musical foi formado pela terceira geração das famílias das vítimas, chamado "Filhos do Campo de Extermínio". Todo sábado à tarde, um membro da família de vítimas encontra-se com jovens estudantes e narra sua experiência pessoal. O lugar que antes era um espaço de horror foi transformado em um memorial e está no coração da

comunidade. Através da dimensão humana fornecida pela comunidade, o local é exemplo de como a força interior da sociedade pode ser a força condutora da memorialização.

Outro programa importante de museu é trazer os alunos ao local e levar o museu aos alunos. O museu tem um veículo transformado em minimuseu, que se desloca às instituições de ensino nos lugares distantes do país.

O entusiasmo dos membros da nova geração em seu encontro com a história tem inspirado o museu a planejar maneiras de utilizar esse potencial de forma mais eficaz. O projeto de história oral tem sido desenvolvido com base em tal experiência. Os alunos são convidados a ver o minimuseu, assistir a um filme documentário e ver a Declaração Universal dos Direitos Humanos, bem como discutir questões de paz e tolerância. Ainda que eles não tenham presenciado os acontecimentos da luta pela liberdade de 171, eles têm membros na família ou na comunidade que foram testemunhas da história. Os alunos são encorajados a escolher um membro da geração que fez parte da luta, perguntar a ele sobre suas experiências durante a guerra pela liberdade e anotar essas respostas. Eles são encorajados a serem o mais autênticos possível.

O processo tem sido muito simples e factível, com os alunos apresentando suas anotações a um professor da rede que trabalha voluntariamente para o museu. Os professores da rede coletam e enviam as anotações para o museu. Após o recebimento das anotações, o museu envia uma carta de agradecimento aos alunos. O museu também fez uma promessa aos alunos de que toda e cada anotação irá ser devidamente preservadas, formando um arquivo de memória que será acessível ao estudante mais tarde em sua vida. O museu também publica uma lista trimestral de anotações recebidas, com o nome dos alunos e da pessoa que foi entrevistada, e envia a publicação às respectivas instituições. Os textos também são compilados em brochuras e mantidos no museu. Esta coleção também é enviada para as respectivas instituições, para que os alunos possam ter acesso a outras anotações que vieram de sua instituição e da comunidade local.

Um simples apelo do museu resultou em uma resposta impressionante da geração mais jovem, que trouxe sua coleção de tesouros da história. Até agora, o museu recebeu cerca de 18.000 relatos de testemunhas oculares e está planejando usar este recurso de várias maneiras. A coleção, intitulada de "Arquivos da Memória" provou ser um grande tesouro. Ainda que ele não possa ser um arquivo histórico formal, como tal, sua importância reside na capacidade de fornecer uma compreensão mais profunda e sutil da história da guerra pela liberdade. A escala, o escopo do projeto e seu alcance de centenas de testemunhas oculares trouxe ao conhecimento as experiências de pessoas comuns, muitas vezes marginalizadas. Além disso, em um nível interpessoal, o projeto cria um momento mágico para o entrevistador e o entrevistado, como um processo que permite que duas pessoas pertencentes a diferentes gerações se conectem de uma maneira muito íntima. Como uma experiência educativa, permite que o aluno compreenda que a história não é apenas o que está escrito nos livros, mas é algo que está sempre por perto, viva, e só é necessário realizar uma pesquisa do próprio histórico para fazer essa descoberta.

O museu coletou histórias para que a nova geração e os mais jovens também enriqueçam seu acervo histórico através de seu próprio entusiasmo de aprender com o passado. Este esforço coletivo e colaborativo abriu novas perspectivas no processo de memorialização - um desafio que cada museu busca superar de forma criativa.



ITEM NO FFm | DATE 2011-2012
DESCRIPTION
**Everyday Objects
Transformed by
the Conflict**

**Where should this
exhibition be displayed?**

Stokmont

What to be known
linked to the city
of culture

Waters Pavilion

May St. Pringlem Church

UNIVERSITY OF ULSTER
(The streets)

Empty shop
front

A community center
- on the corner
to total engagement

POST A CIVIL

POST A CIVIL



CAPÍTULO 4

Consulta

Grande parte do sucesso da memorialização depende dos

processos que são realizados para o desenvolvimento do projeto atual. Questões como quem está incluído no processo, como e durante que etapas eles estão incluídos, são questões fundamentais a serem consideradas. Um dos primeiros passos que iniciadores de projetos de memorialização devem idealizar é realizar uma consulta. O processo de consulta procura reunir uma vasta gama de interessados com o objetivo de avaliar a viabilidade de um projeto, informando os interessados sobre o projeto (se a decisão já foi tomada para iniciar um projeto), entender as necessidades das partes interessadas em relação ao projeto, e criar uma ampla confiança e apropriação para o projeto. Embora os processos de consulta sejam muitas vezes programados para as fases iniciais do projeto, a consulta deve idealmente acontecer em todas as suas fases, para garantir o compartilhamento de informações permanente e engajamento.

Em muitos casos, a consulta se restringe apenas a informar as partes interessadas sobre um projeto, quando na realidade o processo de consulta deve servir para informar, bem como solicitar informações sobre as necessidades das partes interessadas e suas opiniões sobre o projeto. Iniciadores devem, portanto, assegurar que o enquadramento do projeto seja estabelecido através de um processo de consulta e compartilhado com as partes interessadas para contribuições adicionais. As partes interessadas serão, então, capazes de fazer escolhas informadas sobre o projeto, enquanto os iniciadores serão capazes de gerenciar as expectativas do projeto.

- Qual é a escala e o escopo do processo de consulta?
- Quais são os parâmetros de opções que serão disponibilizados para os interessados?
- Como você gerencia as expectativas?
- Quem são os principais interessados que precisam ser consultados?
- Quais interessados precisam ser informados?

Em sociedades pós-conflito, particularmente aquelas com um histórico de repressão e silenciamento, processos de consulta permitem que múltiplas partes interessadas sintam que os seus pontos de vista e opiniões são importantes e que suas vozes estão sendo ouvidas. Eles permitem o diálogo e a discussão, e contribuem para um processo de reconstrução da confiança e senso de comunidade, pois dão uma sensação de que as partes interessadas estão trabalhando para um objetivo comum. Além disso, incentivam a ampla apropriação do projeto, que é necessária para garantir sustentabilidade a longo prazo e engajamento contínuo da comunidade.

Antes de embarcar em um processo de consulta, os iniciadores devem, idealmente, desenvolver uma lista de interessados. Quem são os interessados mais importantes que precisam ser consultados? Em um projeto de memorialização de comunidade, por exemplo, pode ser necessário solicitar as opiniões dos membros da comunidade, funcionários do governo local, empresas locais e escolas vizinhas.

Para um projeto nacional, especialmente de iniciativas lideradas pelo governo, as consultas podem servir ao propósito mais amplo de contribuir para a reconciliação nacional e processos de reconstrução. Um compromisso com a consulta rigorosa e permanente transmite uma mensagem aos cidadãos de que o novo governo valoriza os processos democráticos e as vozes de todos os seus cidadãos. Dada a escala dos projetos nacionais, a consulta pode assumir uma variedade de formas. Um processo mais vasto e abrangente pode ser praticado no Estado ou distrito em que a iniciativa está ocorrendo, enquanto mais processos de consulta limitados podem ser realizados a nível distrital através de reuniões da Câmara Municipal ou reuniões em aldeias maiores.

Além disso, para criar a apropriação nacional do projeto maior, os iniciadores podem optar por envolver a nação em projetos criativos que estão relacionados com o sítio de memória. No caso do Tribunal Especial de Serra Leoa, a PMT realizou um concurso nacional para os jardins do memorial, fornecendo a todos os serra-leoneses a oportunidade de participar do projeto conceitual do local. Vinte e oito projetos foram recebidos de artistas nacionais e

internacionais, com quatro trabalhos vencedores escolhidos para serem incorporados no projeto final. Iniciadores da Constituição Hill da África do Sul lançaram um projeto chamado "We the People". A campanha era composta por duas atividades- Trazer as Pessoas para Hill e Conduzir Hill para as Pessoas. Em "Conduzir Hill para as Pessoas", a equipe de Patrimônio, Educação e Turismo (HET) trabalhou para consultar e obter feedback de pessoas da comunidade ao redor sobre suas memórias do sítio, suas visões de como elas queriam que o local fosse desenvolvido e formas como o local poderia contribuir com algumas das necessidades da comunidade local. Em "Trazer as Pessoas para Hill", a equipe HET percorreu o país solicitando opiniões de diversos sul-africanos sobre a nova Constituição do país. As respostas de "We the People" foram incorporadas à exposição sobre o sítio. A equipe HET também lançou um projeto de colchas tradicionais, que circulou em torno de organizações feministas no país. O projeto teve como objetivo sensibilizar, especialmente, comunidades rurais sobre o projeto, e mais amplamente sobre os direitos consagrados na Constituição.

Constituição Hill, África do Sul

Desde 160, a África do Sul era um pária na comunidade internacional famosa por suas políticas de apartheid baseadas na segregação racial e privilégio branco. Na sequência de um acordo negociado, a África do Sul tornou-se uma democracia em 14, com o presidente Nelson Mandela como primeiro presidente negro do país. Para chegar a um acordo com o passado, a África do Sul realizou várias reformas para criar uma sociedade mais justa e equitativa. Em 15, viu o estabelecimento da Comissão da Verdade e Reconciliação Sul Africana, destinada a realizar um registro preciso do passado e trabalhar para reconstruir a nação, uma vez dividida. O compromisso do novo governo com os direitos humanos e democracia, e a ruptura com a Apartheid, foi consagrada na Constituição Sul Africana reescrita em 16.

Em 15, os primeiros juízes foram nomeados para o Tribunal Constitucional da África do Sul, a entidade encarregada de desenvolver e defender a nova Constituição do país. Uma das primeiras responsabilidades dos juízes foi escolher um novo lar para o Tribunal e construir um edifício para ele, que iria refletir os valores da nova Constituição e simbolizar uma rejeição total de definições da justiça aos moldes do Apartheid. Os juízes escolheram um local repleto de história da Apartheid - Número Quatro, a prisão do Antigo Forte.

A Prisão do Antigo Forte, popularmente conhecida como Número Quatro, foi construída no coração de Joanesburgo pelo primeiro presidente da Zuid Afrikaansche Republiek, Paul Kruger, para intimidar os mineiros imigrantes. Com o tempo, foi usada como um forte militar e local de confinamento, punição e abuso. Durante a Apartheid, tornou-se notória por encarcerar presos políticos, como Nelson Mandela e Gandhi, ao lado de pessoas que cometeram atos criminosos. Mas a maioria dos presos eram milhares de pessoas comuns que foram surpreendidas violando as menores leis do Apartheid, como não portar seu cartão de identificação.

Para os juízes, a escolha do local da prisão como a nova casa para o Tribunal Constitucional foi feita justamente por causa de sua história: como juízes, eles estariam tomando decisões sobre a justiça hoje em um espaço vivo com memórias das injustiças do passado, e como defensores de uma nova visão para uma nova África do Sul, transformar a infame prisão Número Quatro em um centro para a democracia era um símbolo evocativo poderoso.

Mas como "converter negatividade em positividade"? Mais importante, como poderia a justiça através da mais alta corte do país se tornar uma realidade na vida de todos os sul-africanos? A Constituição Hill foi concebida como o centro de um projeto de desenvolvimento econômico muito maior, destinado a regenerar



Um *lekgotla* em ação na Constituição Hill..

Obras Públicas do Estado (DPW) uma nova abordagem era necessária: foi aberto um concurso internacional de design e arquitetura. Os juízes sentiram que esta competição ajudaria a criar uma ruptura com o passado e serviria como um símbolo da nova abordagem democrática

Trabalhando com a DPW, os juízes realizaram um concurso internacional de dois estágios e nomearam para o júri do concurso um grupo diversificado para representar as várias partes interessadas. Embora a competição fosse internacional com apresentações de todo o mundo, em última análise, o design vencedor veio de um grupo de jovens sul-africanos que “abraçou o que estava acontecendo em nosso país”⁹. Após muito debate e discussões sobre o projeto final, a equipe de design trabalhou com os juízes do Tribunal de Constituição e os juízes do Comitê de projeto para chegar a um projeto final. No entanto, a equipe enfrentou vários desafios financeiros para tornar o projeto uma realidade – desde o design necessário para acomodar o desenvolvimento da infraestrutura planejada, tais como estradas que conduzem à Constituição Hill, até a integração do local do antigo presídio com o novo tribunal. Finalmente, através do financiamento do departamento intergovernamental, o projeto foi concluído.

A Constituição Hill já foi desenvolvida em um complexo multiuso, que inclui porções da prisão Número Quatro preservadas como um museu, o Tribunal Constitucional, que serve como um árbitro imparcial da justiça, e escritórios de organizações que tratam de problemas sociais, que são heranças da era Apartheid. Através do seu programa “*Lekgotla*”¹⁰, o sítio convida a todos os sul-africanos a envolver-se em diálogos e debates em torno de questões de justiça e liberdade, e questões mais amplas que estão sendo consideradas pelo Tribunal Constitucional, tais como questões de casamento gay ou direitos sobre a terra. Hoje, a Constituição Hill através de seu programa de ampla consulta (como descrito acima) funciona como um símbolo nacional de uma nova África do Sul e um espaço público nacional, onde os sul-africanos (e outros) debatem e definem esta nova África do Sul.

9 Lauren Segal et al. (2006) Number Four: The Making of Constitution Hill. Londres: Penguin, pg. 85.

10 “*Lekgotla*” é uma palavra Tswana que se refere a uma forma pré-colonial de deliberação democrática, em que os moradores se reúnem sob uma árvore frondosa para resolver problemas que estão enfrentando.



CAPÍTULO 5

Memorialização Sem Memoriais

Tem sido enfatizado ao longo deste manual que a memorialização não necessariamente precisa ser argamassa, tijolo ou mármore para alcançar metas de reconciliação pós-conflito, reconhecimento, busca da verdade, engajamento cívico e educação para as gerações futuras.

Cada vez mais há uma tendência para memorialização que se afasta do tipo de memorial tradicional da Segunda Guerra Mundial para o tipo de memorialização que se baseia no conceito de arte que trabalha para a criação de espaços orgânicos. Além disso, como foi observado, a memorialização pode tomar uma variedade de formas mais viáveis economicamente que estimulam a interação pública permanente, garantindo que a memorialização seja um processo vivo que cativa o público de forma dinâmica, em constante evolução para atender às necessidades de mudança da sociedade.

Programas de diálogo: Corporación Parque por la Paz Villa Grimaldi (Parque pela Paz Villa Grimaldi), Chile

Em setembro de 1973, um violento golpe de Estado acabou com o governo do então presidente Salvador Allende e instaurou um estado de extrema direita no Chile. Instituições democráticas em todo o país foram encerradas e substituídas por uma ditadura militar brutal, o lançamento de uma campanha de repressão e a eliminação sistemática de opositores de Estado. Milhares de cidadãos foram detidos e “desapareceram”, enquanto outros sobreviveram aos centros clandestinos de detenção e tortura durante o período de 17 anos de terrorismo de Estado. Um desses lugares foi a Villa Grimaldi, a propriedade de uma família rica em Peñalolén, um calmo subúrbio de Santiago. Escondido por paredes altas de pedras, e que contém uma série de edifícios de tamanhos diferentes, a arquitetura da propriedade foi perfeitamente adequada para triagem e sequestro de suspeitos dissidentes. Após o golpe de estado em 1973, soldados da Diretoria de Inteligência Nacional (DINA), apropriaram a propriedade e transformaram-na em um dos epicentros de detenção secreta e violência durante a ditadura militar. Cerca de 4.500 pessoas suspeitas de oposição ao regime, incluindo a então futura presidente Michele Bachelet e sua mãe, foram sequestradas de suas casas ou nas ruas e levadas para Villa Grimaldi de olhos vendados; nem eles nem suas famílias sabiam onde estavam ou para o quê o local estava sendo usado. Uma vez lá, elas foram interrogadas e torturadas, quatro foram executadas e 226 desapareceram.



Jardim de rosas no Parque de Paz em Villa Grimaldi dedicado às mulheres detidas no local.

Em 1996, um grupo de sobreviventes da Villa Grimaldi fundou a Corporación Parque por la Paz Villa Grimaldi (Corporação Parque pela Paz Villa Grimaldi) para preservar o sítio e sua memória, e usar as lições do que aconteceu lá para promover uma cultura duradoura de direitos humanos. Um dos primeiros desafios enfrentados pela associação dos sobreviventes foi que o local já não se encontrava em seu estado original. Como a aproximação do fim da ditadura militar, a DINA havia queimado e destruído a propriedade Villa Grimaldi em uma tentativa de destruir todas as evidências de seu uso clandestino. Apenas uma estrutura permaneceu de pé: a pequena dependência onde a DINA fabricava falsa identificação para seus agentes. Como poderia o entulho abandonado testemunhar as experiências daqueles que foram detidos, torturados e mortos lá? Este local de traumas poderia se tornar um espaço de reflexão pacífica e de cura para os sobreviventes e as famílias das vítimas?

Inicialmente, o grupo tinha muitos questionamentos e debates sobre se e como reparar ou restaurar o sítio original. Ao final, foi decidido que, em vez de tentar recriar a Villa, o espaço seria convertido em um parque de paz com memoriais simbólicos e estruturas espalhadas. Ao longo dos anos, com uma grande acordo após debate reflexivo sobre o que cada estrutura poderia simbolizar, uma variedade de memoriais de estilos diferentes foi construída no local em momentos diferentes. A maioria deles foi destinada a evocar as experiências das vítimas, ao mostrar ao invés de dizer. Por exemplo, mosaicos coloridos criados a partir de peças originais de pavimento encontradas no local estão espalhados por todo o terreno do parque, em reconhecimento da experiência dos detidos que, como estavam sempre com os olhos vendados, só viam lampejos do chão, pois foram movidos de um local para outro. Alguns destes mosaicos foram reconstituídos em placas coloridas instaladas no terreno, para identificar as estruturas que estiveram lá e o que era utilizado para o que (por exemplo, o "quarto Tortura"). Outro exemplo de ação para homenagear as vítimas e, ao mesmo tempo, oferecer uma oportunidade para que os sobreviventes se engajem no desenvolvimento do sítio, foi a decisão de re-plantar um jardim de rosas em um local onde as prisioneiras lembravam do cheiro de rosas quando foram levadas de olhos vendados para os quartos de interrogatório. A Corporação imbuíu este antigo símbolo com um novo significado: eles convidaram as famílias das mulheres vítimas para plantar uma roseira, e cada planta era dedicada a uma vítima diferente. A única construção que permaneceu intacta - a dependência DINA usada para a fabricação de falsas identificações - foi transformada em uma "Casa de Memória", em que as famílias das vítimas foram convidadas a criar perfis de identidade de seus entes queridos, usando suas próprias fotografias e objetos apresentados numa série de casos pequenos.

Além de servir como um centro de reconhecimento, cura e lembrança das vítimas imediatas, a Villa Grimaldi trabalha para comunicar as lições do sítio para uma nova geração. Para alcançar o objetivo da educação, a Corporação organiza visitas ao sítio para estudantes e outros, lideradas pelos sobreviventes, para que os visitantes ouçam relatos diretos sobre o que aconteceu lá. Tal como acontece com outros sítios de consciência, a Villa Grimaldi reconheceu que, a fim de inspirar novas ações cívicas, seria necessário criar programas que ajudassem a identificar e resolver os problemas que são mais relevantes para as pessoas de hoje. Um dos legados mais devastadores da ditadura para os jovens é uma cultura extremamente pobre de ativismo, onde a juventude que se organizou contra o Estado de Pinochet desapareceu, foi detida e torturada. Programas da Villa Grimaldi recorrem a exemplos bem sucedidos de ativismo juvenil contemporâneo para ajudar os jovens a desenvolver projetos que possam implementar na escola para resolver problemas identificados como mais crítico para eles. A Villa Grimaldi trabalha com professores e alunos para identificar as preocupações mais prementes na sala de aula hoje. Uma cultura de preconceitos, a violência e a exclusão expressas através de intimidação de imigrantes e populações indígenas são um dos mais fortes resíduos do terrorismo de Estado. Para lidar com esse legado, a equipe da Villa está desenvolvendo novos tours ao sítio, que se afastam da troca de lembranças entre os sobreviventes e projetam conexões mais diretas entre a história do local e os desafios que os jovens enfrentam hoje. Educadores da Villa Grimaldi acreditam que o local deve ser apropriado por diferentes gerações, por razões diferentes, para que o objetivo do "Nunca Mais"¹¹ seja alcançado.

11 "Nunca Mais" emergiu como um slogan usado por uma grande variedade de grupos para transmitir lembranças de uma atrocidade, a fim de evitar a sua repetição no futuro. Originalmente popularizado em referência ao lembrar o Holocausto - algum crédito ao fundador do livro da Liga de Defesa Judaica, Meir Kahane, de 1972 "Nunca Mais!: Um Programa para Sobrevivência", mas que desde então tem sido usado por líderes judeus de outras perspectivas. Quando Abraham Foxman, diretor nacional da Liga de Anti-Difamação, intitulou seu livro em 2003 como livro "Nunca Mais: O Ameaça do Novo Anti-semitismo", disse ao Jewish Daily Forward que alguns lhe disseram que a frase era apenas para sobreviventes do Holocausto. Foxman acreditava que "Nós, o povo judeu, não temos uma patente sobre essa frase." (Beth Schwartzapfel, "Nunca Mais, Outra Vez", Jewish Daily Forward, 6 de outubro de 2006). Independentemente do ponto de vista de Kahane ou Foxman, a frase tem sido adotada por muitos grupos diferentes, não só referente a atos de genocídio, mas outros grandes abusos dos direitos humanos: talvez a mais famosa, foi utilizada como o título do relatório de 1984, da Comissão Nacional da Argentina sobre o Desaparecimento de Pessoas. Além do significado original, o ex-procurador-geral John Ashcroft usou a frase no título de seu livro de 2006 sobre 9/11.

Mapeamento Corporal: Iniciativa Cívica, Centro de Mídia da Libéria e Centro de Direitos Humanos, Libéria

A Libéria, um dos mais antigos estados independentes da África, se tornou famosa na década de 1990 pelo prolongado conflito civil que afetou a maioria da região Oeste Africana. Após uma história relativamente estável, a primeira onda de violência se iniciou em 1980, na sequência de motins pelos preços dos alimentos, quando o sargento Samuel Doe derrubou o presidente William Tolbert. Os desafios da governança e o colapso econômico culminaram em uma guerra civil no final dos anos 1980, quando Charles Taylor da Frente Nacional Patriótica da Libéria derrubou Samuel Doe. O conflito se intensificou e continuou nos anos 1990. Após a intervenção das forças de paz da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (em inglês: Economic Community of West African States, ECOWAS), um acordo de cessar-fogo abriu caminho para a eleição do presidente Charles Taylor. No entanto, a violência se iniciou novamente em 1999, com Charles Taylor acusando o Guiné de apoiar os rebeldes, enquanto outros estados do Oeste Africano acusavam Charles Taylor de apoiar os rebeldes de Serra Leoa. Em



Mapeamento Corporal da Libéria.

2003, Charles Taylor foi forçado a renunciar da presidência. Em 2005, a Comissão de Verdade e Reconciliação da Libéria foi criada para investigar violações de direitos humanos durante a guerra civil e promover a paz, a reconciliação e a unidade nacional. Quase duas décadas de guerra civil intensa e repressão sistemática sob o governo de Charles Taylor resultou em pelo menos 250 mil pessoas mortas, milhares deslocadas à força e um país em ruína econômica. O país é o mais pobre da África e continua a lutar com as necessidades de infraestrutura, o desemprego e o analfabetismo. Dadas estas necessidades de desenvolvimento urgentes, como se reconhecem as milhares de vítimas do conflito? Como pode a memória contribuir para curar o trauma de um conflito que durou quase duas décadas? Em abril de 2010, uma Coalizão dos membros da Iniciativa Cívica¹² e do Centro de Mídia da Libéria¹³, com base na parceria da Libéria com o Centro de Mídia¹⁴ e Direitos Humanos da África do Sul, embarcaram em um projeto de troca de mapeamento corporal. Apoiada pela Coalizão Internacional de Sítios de Consciência, a ONG iniciou o projeto que reuniu sobreviventes de graves violações de direitos humanos na Libéria, com o objetivo de destacar o papel da memória e da arte como um mecanismo para a cura e advocacy, assim como usar o processo de mapeamento corporal para criar diálogo e discussão sobre as contestadas recomendações feitas pela Comissão da Verdade e Reconciliação da Libéria.

“Mapeamento Corporal” é uma metodologia de memória e arte-terapia em que os participantes escrevem e desenham suas experiências e traumas ou conflitos em uma representação de seu corpo em tamanho natural. O processo é dividido em uma série de exercícios criativos, que solicita aos participantes visualizar suas experiências passadas e futuras para criar um “mapa” literal e figurativo de seus corpos. A técnica de mapeamento corporal é a representação de uma jornada de vida, desde a infância a um futuro imaginado.

12 Iniciativa Cívica é uma organização sem fins lucrativos da Libéria que trabalha com justiça de transição e questões para construção da paz.

13 Ver <http://www.lmcliberia.com/>

14 Ver <http://www.hrmc.org.za/>

Ligando o passado ao futuro, os participantes mapeiam os efeitos físicos de suas experiências: cicatrizes, lesões e dores infligidas durante o trauma. Mas eles também esboçam as relações, inspirações e eventos que lhes deram força para seguir em direção ao que acreditam. A técnica procura colocar o trauma no contexto de um percurso maior de vida. Como um processo de grupo, os participantes compartilham as diferentes experiências com colegas participantes ao longo diferentes fases da oficina. Esta abordagem permite que os sobreviventes se vejam e também procurem localizar a experiência traumática individual dentro de uma experiência compartilhada mais ampla. Essa abordagem tem como objetivo ajudar os sobreviventes a conciliar a experiência do trauma como uma experiência entre muitas de vida, destacando os pontos fortes e os mecanismos de apoio necessários para reinserção social e cura. A técnica tem sido amplamente utilizada em diversos grupos de participantes, permitindo-lhes chegar a termos com o trauma físico e emocional. Em particular, como a técnica utiliza representações do corpo físico, ela tem sido bastante utilizada com pessoas HIV positivas, sobreviventes de violações graves de direitos humanos e sobreviventes de violência sexual e de gênero. Como técnica, o mapeamento corporal oferece um meio seguro através do qual as pessoas podem compartilhar experiências difíceis com as outras e, se desejarem, um público mais amplo. Como metodologia adotada pelos sites de consciência, a técnica é utilizada principalmente com sobreviventes de violações graves de direitos humanos. Sobreviventes usam a memória de locais, como sítios de prisão, tortura ou massacre, para explorar suas experiências e memórias dos lugares, e a relação do lugar com suas vidas presentes e futuros imaginados.

Na Libéria, uma vez que existe a falta de vontade dos governos de implementar as recomendações de reparações do Comissão de Verdade e Reconciliação ou tratar de algumas das necessidades urgentes de sobreviventes em termos de saúde, economia ou memorial, o mapeamento corporal foi identificado como uma metodologia ideal para começar um processo de cura dos sobreviventes e aumentar a consciência de um público mais amplo em torno das necessidades das vítimas. Além disso, ainda que algumas agências internacionais doadoras reconheçam pedidos de recursos para projetos de memória, dados os recursos limitados e o foco da sociedade civil em outras questões urgentes de desenvolvimento e governança, os recursos são limitados para iniciativas de memória mais duradouras. O mapeamento corporal, como um projeto de memória de custo acessível foi, portanto, um mecanismo ideal para permitir que os sobreviventes dessem testemunhos pessoais, muitas vezes profundamente dolorosos, memórias visualmente poderosas; criar contas pessoais da história, que permitem múltiplas interpretações e representações de eventos que estão, muitas vezes, ausentes das contas oficiais de conflito; e usar o processo de diálogo de grupo para estimular a troca de perspectivas, identificar as heranças comuns dos participantes passados e formas como eles poderiam trabalhar juntos para um futuro imaginado, com base na paz e na justiça.

Como muitos dos participantes do mapeamento corporal não se envolveram no processo formal da Comissão de Verdade e Reconciliação liberiana, o projeto de mapeamento corporal era a primeira oportunidade de se engajar coletivamente em questões relacionadas ao passado. Além disso, o intercâmbio com uma ONG Sul-Africana e sua capacidade de ver o mapeamento corporal de sobreviventes de outro conflito permitiu que vítimas liberianas colocassem sua experiência de violência dentro de um amplo quadro internacional, pan-Africano. Os participantes sentiram que enquanto o conflito da África do Sul tinha atraído muita atenção internacional, o seu próprio conflito teve lugar abaixo do radar internacional. No entanto, a troca permitiu atrair maior atenção do público para suas próprias experiências de violência. Mais importante, os participantes puderam compartilhar suas experiências, empatia com o outro e, pela primeira vez para muitos, sentir que suas experiências foram reconhecidas. Em um processo de acompanhamento realizado em 2012, os participantes do grupo de 2010 revisitaram seus mapas, refletindo sobre as mudanças em suas vidas ao longo dos últimos dois anos. Muitos participantes sentiram que a oficina de mapeamento corporal foi uma experiência positiva e capacitante, servindo como um "espelho" em suas vidas, uma experiência de "cura" que, forneceu uma perspectiva positiva para o futuro. Os participantes também notaram que estavam progredindo com sucesso para seu futuro imaginado.

Itens cotidianos transformados através de conflitos: A Cura através de Lembranças, Irlanda do Norte

Desde a década de 1960, a Irlanda do Norte tem sido assolada pela violência, coloquialmente conhecida como "The Troubles". A cadeia de problemas para o conflito diz respeito ao estatuto constitucional da Irlanda do Norte, questões sobre se o país deve continuar a ser parte da união da Irlanda ou da Grã-Bretanha. O conflito se desenrolou ao longo de linhas religiosas entre uma comunidade unionista protestante, principalmente apoiadora do governo britânico, e de uma comunidade majoritariamente católica nacionalista apoiando uma Irlanda independente. "The Troubles" marca o período de 1960 a 1998, encerrado o Acordo de Belfast na sexta-feira Santa. O Acordo de Paz incluiu a declaração de cessar-fogo por organizações paramilitares, o desmantelamento das armas do IRA, reforma da polícia e retirada das tropas britânicas das ruas de Belfast. Enquanto o acordo de paz marcou o fim oficial do "The Troubles", a realidade é que a incidência de violência continuou a assolar comunidades locais – como ocorre recentemente, em 2011. Embora o "The Troubles" envolvesse um grupo relativamente pequeno de combatentes ativos, cerca de 3.526 pessoas foram mortas entre 1960 e 2001, e mais milhares experimentaram o trauma diário de viver em um estado de emergência. O "The Troubles" não ameaçou apenas a segurança diária dos cidadãos comuns, mas também deu ensejo a práticas discriminatórias, estereótipos, narrativas conflitantes e mitos sobre as causas da violência. Como uma sociedade arraigada em quatro décadas de violência, período que compreende duas gerações, se relaciona com seu passado? Quais são os catalizadores que podem permitir que uma sociedade profundamente dividida comece a falar sobre uma visão comum para a paz e reconciliação? Como experiências diárias de violência e trauma dos cidadãos comuns podem ser reconhecidas, e quais são os melhores mecanismos para contribuir com os processos de cura?

Desde 2002, os membros da Coalizão de Cura através da Lembrança (HTR, da sigla em inglês)¹⁵, sediada na Irlanda do Norte, trabalharam para a criação de um Museu Memorial Vivo. A ideia do museu surgiu de um processo de consulta pública realizada pelo HTR, que incluiu uma série de diálogos públicos e privados com as partes interessadas na Irlanda do Norte, Inglaterra e República da Irlanda. O objetivo da consulta era compreender melhor as múltiplas perspectivas do conflito e solicitar opiniões sobre as melhores formas em que o conflito deve ser lembrado, para facilitar os processos de reconciliação e cura. A principal recomendação que emergiu do processo foi a necessidade de um museu memorial. Em 2004, o HTR formou o Subgrupo do Museu Memorial Vivo, que desde então empreendeu importantes investigação e processos de consulta em torno de temas relacionados à memória, memorialização e desenvolvimento do Museu Memorial Vivo.



A visualização da exposição dos "Artigos Diários Transformados pelo Conflito", da Cura através da Lembrança, Belfast

15 Ver <http://www.healingthroughremembering.org/>

Apesar dos apelos públicos por um memorial, museu ou parques de paz para reconhecer e relembrar as vítimas do conflito, o Subgrupo do Museu Memorial Vivo reconheceu que o trabalho de memória poderia ser um motivo de conflito e contestação, especialmente em uma sociedade frágil como a Irlanda do Norte. Embora existam poucos projetos de memorial que abordem o tema da violência na Irlanda do Norte, os que existem (como a exposição do Museu Ulster sobre o "Conflito na Irlanda") tem sido controversos e gerado críticas significativas. O Subgrupo do Museu Memorial Vivo visa, portanto, através do seu trabalho de memória, criar um museu memorial vivo, evoluído e participativo, que aborda questões humanitárias. Os principais objetivos de tal museu seriam fornecer um espaço seguro e inclusivo para que todos se lembrem, homenageiem e reflitam sobre o passado, bem como construam uma compreensão dos legados do passado através do programa de educação e diálogo que contribui para a não-repetição da violência. Ao reconhecer que essa visão só pode ser realizada através de uma abordagem baseada na comunidade participativa, que alcança uma grande variedade de públicos diferentes, o Subgrupo do Museu Memorial Vivo tem trabalhado para a criação de uma exposição que se baseia nos princípios da ampla participação e inclusão.

Em 2010, o HTR com o apoio da Coalizão Internacional de Sítios de Consciência, iniciou o desenvolvimento da exposição dos "artigos diários transformados pelos conflitos" no Museu Memorial Vivo. O projeto, que ainda está em seus estágio inicial, reúne a cultura material dos indivíduos e comunidades para servir como catalisadores do diálogo em torno de questões de memória, conflito de identidade e divisão. Indivíduos e grupos de diferentes comunidades foram convidados a contribuir com artefatos pessoais como fotografias, bandeiras, roupas e artesanato. O projeto tem como objetivo preservar formas coletivas e comunitárias para lembrar, promover o entendimento e valorização das diversas perspectivas do conflito, e contribuir para a iniciativa mais ampla do Museu Memorial Vivo. Através da coleta e exibição de itens pessoais ordinários que eram uma parte central da vida diária das pessoas, o projeto não só destaca o impacto do conflito sobre todos os aspectos da realidade vivida pelas pessoas mas, de uma maneira reflexiva e economicamente viável, utiliza a história individual para criar uma narrativa coletiva que pode contribuir para um processo de reconciliação mais amplo.



CONCLUSÃO

LISTA DE PERGUNTAS PARA CONSIDERAR AO EMBARCAR EM UM PROJETO DE MEMORIALIZAÇÃO

Como exemplificado através dos Sítios de consciência, iniciativas de memorialização podem acontecer durante todas as fases do conflito, no entanto, grande parte do sucesso da memorialização pós-conflito depende dos processos que são realizados no desenvolvimento da iniciativa.

Algumas questões importantes a considerar ao empreender uma iniciativa de memorialização incluem:

- ✓ **Metas:** Qual é o objetivo da iniciativa? É reconhecer sobreviventes e vítimas? Será que ela promove a reconciliação? Será que vai promover a participação cívica e contribuir para a construção de processos de democracia? É uma parte dos processos de verdade em curso? Será que vai se concentrar na educação para a não repetição do passado?
- ✓ **Tempo e Sequenciamento:** As partes interessadas estão prontas para participar do projeto? O público está pronto para se engajar nas questões que o projeto levanta ou o projeto irá trazer à tona tensões subjacentes e não resolvidas? Como o projeto está relacionado à justiça de transição e outros mecanismos de reconstrução pós-conflito? Será que consolida recomendações de um processo de comissão da verdade?
- ✓ **Iniciadores:** Quem são os iniciadores do projeto? Será que os promotores têm legitimidade suficiente na comunidade e entre as partes interessadas para embarcar em um projeto como este?
- ✓ **Partes interessadas / Interessados:** Quem são os principais interessados no projeto? Que histórias o projeto procurará representar? Se os interessados não estão iniciando o projeto, eles foram consultados sobre os planos para o projeto? Como eles serão incluídos em todas as fases do projeto? Quais são os principais grupos alvo para o projeto?
- ✓ **Recursos:** Quais são os vários tipos de recursos disponíveis para o projeto? Dados os recursos disponíveis e os objetivos do projeto, qual a forma mais adequada de conduzir o projeto? Será um museu, memorial ou um projeto de memória? Um sítio existente pode ser revivido através de programas de diálogo?
- ✓ **Consultas:** Qual é o plano para consulta e compartilhamento de informações com as partes interessadas e o público em geral? Quem precisa ser incluído em todas as fases do projeto? Que mecanismos serão postos em prática para garantir a comunicação permanente entre os iniciadores e partes interessadas?
- ✓ **Conscientização Pública:** Serão realizadas campanhas públicas de sensibilização sobre o projeto? Se é um projeto nacional, que tipos de projetos de sensibilização serão realizados para garantir a maior inclusão e conscientização pública?
- ✓ **Pesquisa:** Que tipo de pesquisa será feita e para que fins? A pesquisa terá a forma de entrevistas, reuniões comunitárias, grupos focais ou pesquisas públicas? Será que a pesquisa será usada para informar um processo de cobrança, desenvolver uma exposição ou se tornar parte de um arquivo?

- ✓ **Fazendo Ligações:** Como o seu projeto informa ou “fala” com outros projetos semelhantes? Você estará fazendo conexões com outros projetos semelhantes?

- ✓ **Visão de longo prazo:** Qual é a visão de longo prazo para o projeto? Como se garantirá que o projeto atenda às necessidades em evolução dos interessados e do público em geral? Existem programas específicos que serão aplicados para garantir o envolvimento permanente do público?